

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL**

**CARREIRA E MOTIVAÇÕES PARLAMENTARES: PADRÕES DE TRAJETÓRIA DE  
DEPUTADOS FEDERAIS E A ALTERNÂNCIA ENTRE CARGOS NO PODER  
EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Iana Alves de Lima

BRASÍLIA

2013

IANA ALVES DE LIMA

CARREIRA E MOTIVAÇÕES PARLAMENTARES: PADRÕES DE  
TRAJETÓRIA DE DEPUTADOS FEDERAIS E A ALTERNÂNCIA  
ENTRE CARGOS NO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política, Universidade de Brasília,  
como requisito de conclusão do curso de  
Graduação em Ciência Política.

Orientador: André Borges de Carvalho

BRASÍLIA

2013

CARREIRA E MOTIVAÇÕES PARLAMENTARES: PADRÕES DE TRAJETÓRIA DE  
DEPUTADOS FEDERAIS E A ALTERNÂNCIA ENTRE CARGOS NO PODER  
EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política, Universidade de Brasília,  
como requisito de conclusão do curso de  
Graduação em Ciência Política.

---

**Professor André Borges de Carvalho**

---

**Professor Lucio Remuzat Rennó Junior**

Brasília, dezembro de 2013.

## DEDICATÓRIA

*A Luzemar Alves Duprat, querida amiga, mentora,  
inspiração de todos os dias, apoiadora de todas as  
aventuras e devaneios, mãe amada.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho encerra uma fase muito importante na minha vida, um período de muitas experiências e decisões. Os agradecimentos aqui vão muito além do apoio na graduação, vão a todos que me formaram e me transformaram.

Agradeço inicialmente minha mãe, Luzemar, por todo apoio e sacrifício e meu pai, David, que mesmo de longe esteve sempre presente. Ao meu irmão, David Júnior, por todo o carinho e pelo exemplo inspirador que sempre foi para mim e Larissa Costard, a irmã que eu escolhi pelas mesmas razões. Agradeço a minha madrinha querida, Mônica, e minha avó amada, Dinah, e a toda minha família pelo amor e suporte.

Agradeço aos amigos novos, aos já antigos, aos sempre presentes e também aos que não puderam estar diariamente ao meu lado, mas sempre em meu coração. Todos, de uma forma ou outra, me ajudaram a chegar aqui. Obrigada Fernanda Luísa Santos, Camilla Oliveira, Marina Rosa, Bárbara Lopes, Lucas Lo Ami, Rodrigo Ramalho, Karla Joyce, Jaqueline Buckstegge, Natália de Oliveira, Letícia Medeiros, Vanessa Machado, Jéssica Monteiro, Tamara Fernandes, Camila Gehre, Milena Zanetti, Fernanda Poeys, Abby Magalhaes, Isis Garcia, Fernanda Carvalho e Anna Elize Fenoll. Um agradecimento especial para Artur Azevedo, que me ensina todos os dias o significado de ternura, paixão e companheirismo.

Agradeço ao meu orientador André Borges por sempre confiar nas minhas entregas e me motivar a sempre continuar estudando. Obrigada a Cynthia Cury e Danielle Mazzola, profissionais inspiradoras que despertaram minha paixão pelo Legislativo e contribuíram muito para meu crescimento profissional e minha crença de que é possível empreender no setor público. Obrigada as minhas mais novas tutoras e amigas, Mariana Leão e Michele Vieira. O apoio de vocês nesse final foi fundamental para que tudo desse certo.

Agradeço aos colegas da Falconi, da Embrapa, da Strategos Empresa Jr., da Concentro, Brasil Júnior, da UnB e do Colégio Militar. Tenham certeza que cada um com quem cruzei o caminho me transformou de alguma forma e possibilitou novos aprendizados, contribuindo para que eu fosse uma pessoa melhor e corresse atrás dos meus sonhos.

*"Tudo é questão de despertar sua alma."*

**Gabriel García Marquez**

## RESUMO

O presente trabalho busca trazer uma revisão bibliográfica acerca do tema de carreiras políticas no Brasil, considerando principalmente ambição na ocupação de cargos no Legislativo e Executivo, e analisar o fenômeno da alternância de cargos entre as duas esferas. Com esse objetivo, foi feita uma análise dos eleitos no pleito de 1998, buscando identificar, em um horizonte temporal mais contínuo, variáveis relevantes à alternância de cargos entre os dois poderes, analisando legislaturas anterior e posterior a 51ª Legislatura, buscando entender o comportamento e trajetória daqueles que optaram por renunciar seus cargos de Deputados Federais para ocupar cargos de alto escalão no Executivo (municipal, estadual ou federal). O argumento desenvolvido é que há atratividade em cargos do Legislativo e que a ambição extra-legislativa ou dinâmica pode ser explicada por variações nas oportunidades políticas e de carreira e pelo contexto histórico do país.

Palavras-chave: alternância de cargos, ambição extra-legislativa, carreiras parlamentares

## **LISTA DE FIGURAS**

Gráfico 1 - Categorias ocupacionais dos Deputados Federais eleitos em 1998.....	21
Gráfico 2 - Cargos de ingresso na carreira política .....	22
Gráfico 3 - Cargo de ingresso na carreira eletiva .....	25



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ingresso na carreira política por cargos no Executivo .....	23
Tabela 2 - Deputados Federais que ingressaram na carreira política pela Administração Pública classificados com categoria ocupacional dos mesmos cargos.....	24
Tabela 3 - Situação dos candidatos eleitos (1998) com relação ao Executivo estadual.....	26
Tabela 4 - Distribuição dos candidatos eleitos (1998) com relação ao Executivo estadual e federal .....	26
Tabela 5 - Número de mandatos consecutivos ocupados na Câmara dos Deputados .....	27
Tabela 6 - Licenças de mandato para ocupação de cargos no Executivo na 51ª Legislatura (1999-2002) .....	28
Tabela 7 - Ocupação de cargos de alto escalão municipal, estadual ou federal pelos Deputados de 1999-2002 nas legislaturas anterior e posterior. ....	29
Tabela 8 - Filiação partidária atual dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 .....	29
Tabela 9 - Cargo de ingresso na carreira política dos Deputados Federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 .....	30
Tabela 10 - Número de filiações partidárias dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 .....	32
Tabela 11 - Situação dos Deputados Federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 com relação ao governo estadual .....	32
Tabela 12 - Situação dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 com relação ao governo federal. ....	33
Tabela 13 - Presença dos Deputados Federais da legislatura de 1999-2003 em outras legislaturas .....	34
Tabela 14 - Resultados eleitorais dos Deputados Federais (1999-2002) em pleitos posteriores .....	34
Tabela 15 - Situação dos Deputados Federais eleitos em 1998 na legislatura de 2003-2006. .	35
Tabela 16 - Trajetória de ocupação de cargos no Executivo dos Deputados Federais eleitos em 1998 no período de 1995 a 2006. ....	36

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Apresentação do tema.....	10
1.2. Justificativa.....	10
1.3. Problema.....	11
1.4. Objetivos gerais e específicos.....	11
1.5. Metodologia.....	12
2. O CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	13
3. ANÁLISE DE CARREIRAS NO PLEITO DE 1998.....	16
3.1. Sobre carreiras e motivação parlamentar.....	16
3.2. Análise da 51ª Legislatura.....	20
4. CONCLUSÃO.....	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. Apresentação do tema**

Na análise de carreiras parlamentares, a maior parte da produção literária vem de estudos norte-americanos, nos quais impera a premissa de que a principal motivação dos parlamentares é sua própria reeleição. No entanto, em estudos mais específicos sobre o caso brasileiro e mesmo sobre outros países da América Latina, percebem-se outras variáveis nas escolhas dos políticos sobre os rumos de suas carreiras, sem desconsiderar, claro, a importância do impacto da reeleição na tomada de decisão.

Contemplando a bibliografia acerca do tema e explorando dados levantados para esse trabalho, pretende-se abordar as questões de ambição parlamentar, as motivações para reeleição, o impacto das estruturas institucionais nas trajetórias parlamentares, culminando na busca por um padrão de carreira dos deputados federais que ocupam cargos no Executivo com frequência, trazendo a característica de rotatividade àquela Casa legislativa.

O que motiva esse trabalho é buscar ter mais clareza sobre as trajetórias parlamentares no Brasil, principalmente no que se refere a tomada de decisão na candidatura a cargos do Executivo ou Legislativo e se há ou não um padrão de trajetória dos deputados federais que ora assumem postos na Câmara baixa e ora assumem cargos no Executivo (em qualquer dos três níveis da Federação) a partir de uma análise mais contínua de suas trajetórias.

## **1.2. Justificativa**

Os estudos sobre carreiras políticas no Brasil vêm crescendo bastante e muito já se produziu com relação a levantamento de dados de perfil, padrões de recrutamento, ambição política, motivação para reeleição, entre outros. Os trabalhos produzidos, de certa maneira, dialogam bem buscando agregar em cima das teorias desenvolvidas.

No entanto, ainda há muitos campos de estudo pouco explorados e alguns fenômenos sobre os quais não há muita literatura a respeito. O que se pretende explorar neste trabalho,

por exemplo, o abandono de mandatos na Câmara dos Deputados para assumir cargos nas três esferas do poder Executivo tem a literatura já um pouco mais reduzida e não há tanta informação contínua de carreira com relação aos parlamentares com essa característica na trajetória.

Sendo assim, a pesquisa buscará explorar e analisar dados de trajetória de forma a tentar identificar algum padrão e contribuir com as pesquisas já realizadas acerca do tema, dialogando com o que já foi construído, de forma a fortalecer os estudos que tangem os Poderes Executivo e Legislativo.

### **1.3. Problema**

Por meio de revisão bibliográfica e análise de dados objetiva-se entender se há explicações suficientes ou satisfatórias para a rotatividade da ocupação de cargos no legislativo brasileiro em alternância com cargos no Executivo e quais as implicações desse fenômeno. Pretende-se, dessa forma, apresentar uma pesquisa exploratória que busca responder se há um padrão de trajetória para deputados federais que alternam com frequência cargos entre as esferas legislativa e executiva.

Com o estudo em questão, busca-se identificar questões ainda não trabalhadas sobre a alternância de ocupação dos cargos entre o legislativo e executivo e identificar algumas características em comum das trajetórias em análise. Ainda assim, a partir de revisão teórica destacam-se algumas premissas a confirmar. Objetiva-se analisar se existe de fato uma motivação “extra-legislativa” e que cargos no Executivo agregam sim capital político aos candidatos, impactando positivamente na reeleição e fortalecendo os partidos pela profissionalização dos parlamentares.

### **1.4. Objetivos gerais e específicos**

O objetivo geral da pesquisa é identificar um padrão de trajetória em deputados federais que alternam com frequência a ocupação de cargos entre o legislativo e o executivo,

buscando entender melhor o caso brasileiro no que tange a motivação dos parlamentares e a atratividade da esfera legislativa, buscando uma abordagem contínua e não estática das carreiras parlamentares.

Os objetivos específicos englobam analisar variáveis recorrentes nas carreiras de parlamentares que praticam a alternância de cargos entre o Executivo e Legislativo, identificar/analisar o impacto desse comportamento na reeleição ou não dos parlamentares, analisar o capital político agregado ou não com a ocupação dos cargos e, contribuir, assim, para o debate teórico acerca do tema pouco explorado.

### **1.5. Metodologia**

A monografia em questão contempla como metodologias pesquisa bibliográfica e documental e levantamento de dados. Inicialmente, foi feita uma análise mais detalhada dos estudos e banco de dados já existentes acerca do tema.

O levantamento de dados sobre a carreira dos parlamentares englobará o universo dos 513 deputados eleitos nos pleitos de 1998, considerando dados biográficos e números das eleições. Considerando esse mesmo universo, foram levantados também dados sobre esses mesmos parlamentares para os períodos de 1995 a 1998 e 2003 a 2006 no que tange a ocupação de cargos no Executivo federal, estadual ou local. Como fontes para os levantamentos foram utilizados os sites da Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV), portais oficiais dos parlamentares e órgãos pertinentes à pesquisa. Os dados foram analisados a partir da elaboração de tabelas e gráficos.

Serão consideradas variáveis concernentes ao início de carreira política dos candidatos, trajetória dentro na casa legislativa, abandono de mandato, cargos ocupados no poder Executivo em seus três níveis de Federação, entre outros. Serão realizados cruzamentos para identificar o impacto da ocupação de cargos na reeleição dos candidatos e destacar pontos comuns de trajetória, considerando partido político e recrutamento.

## 2. O CONTEXTO INSTITUCIONAL

Na análise dos resultados eleitorais é importante compreender que as trajetórias parlamentares não dependem unicamente das preferências e cálculos de utilidade realizados pelos parlamentares individualmente. Uma série de características do cenário político e da forma como está constituído nosso sistema político e eleitoral impactam nas decisões que são tomadas com relação à permanência ou não em cargos do legislativo.

No caso do Brasil cabe destacar o modelo Federativo, que traz menos centralização ao sistema político. Além disso, o sistema de listas abertas traz ainda mais liberdade ao parlamentar, uma vez que não há tanta predominância do partido nessa decisão. O sistema proporcional também impacta a disputa por cargos na Câmara dos Deputados, uma vez que é relativamente mais fácil (ou envolve menos custos) do que uma eleição majoritária, por exemplo.

Essas características são relevantes na análise dos padrões de trajetória, porque tem peso importante no cálculo racional feito pelos políticos em períodos eleitorais, segundo Pereira, Leoni e Rennó (2003). Os arranjos institucionais do sistema eleitoral brasileiro convergem para um cenário de maior liberdade para os candidatos. Isso porque, comparativamente com outros países, no Brasil não há tanta dependência das decisões do partido, uma vez que as listas não são fechadas e a obtenção de recursos depende bastante dos candidatos individualmente (SANTANA; 2008). Além disso, o sistema federalista apresenta uma gama muito mais ampla de cargos e possibilidades de carreira. Complementa ainda esse cenário de liberdade, a facilidade em se trocar de partido político no Brasil, o que amplia ainda mais a autonomia aos deputados.

Pegurier (2012) também trata do assunto, complementando o fato de que o poder e recursos políticos são bastante concentrados no Executivo Federal e não há restrições institucionais para a circulação dos eleitos entre postos do Executivo e Legislativo. Para o autor, o grande leque de prerrogativas do Presidente da República também é algo que fortalece o Executivo em detrimento do Legislativo. Isso também é apresentado por Pereira, Leoni e Rennó (2003), ao apontar a participação pouco significativa do Parlamento em decisões orçamentárias. Isso, juntamente com os pontos apresentados anteriormente,

corroborar para uma fragilidade institucional que favorece a autonomia de cada parlamentar sobre suas trajetórias, permitindo o pleito por cargos no Executivo.

Como apontado anteriormente, o desenho institucional do nosso sistema eleitoral dá mais liberdade aos parlamentares brasileiros no desenho de suas trajetórias. No entanto, segundo Pegurier (2012), esse modelo também não promove conexão eleitoral dos deputados com o eleitorado durante as campanhas. Essa conexão vai tentar ser estabelecida durante o mandato, com o deputado se posicionando estrategicamente sobre questões que são de prerrogativas presidenciais e por consequência, de maior impacto nacional.

Essa estratégia, não só demonstra as poucas possibilidades de atuação dos parlamentares no Congresso (se em comparação com as lideranças), como também perpetua o ciclo de valorização e fortalecimento do Poder Executivo. Isso não necessariamente é algo negativo, pois como destaca Samuels (2000), não há esforço dos parlamentares em alterar o arranjo institucional do legislativo justamente por ele já ser adequado às suas ambições de carreira, que no caso, é justamente assumir cargos do Executivo. Para Samuels (2000), então, a conexão eleitoral não explica de forma completa o comportamento dos parlamentares.

A alta renovação na Câmara dos Deputados e os pontos levantados anteriormente sobre o sistema político e eleitoral brasileiro permitiram algumas conclusões a respeito dos padrões de carreira dos deputados. Temos inicialmente a característica supracitada de autonomia dos deputados no desenho das trajetórias, uma vez que o vínculo partidário é fraco e o sistema eleitoral estimula o individualismo das campanhas.

Com relação a isso, Marengo (2000) destaca o fenômeno que perpetua o enfraquecimento desse vínculo, que ele chama de “lateral recruitment”. Esse modelo de recrutamento seria a valorização pelo partido dos candidatos que já trazem consigo recursos eleitorais fortes (independente do partido político). Esses candidatos já com peso contribuem para o partido na medida em que são “puxadores de votos” e ao mesmo tempo continuam com liberdade e força para disputar cargos fora do Legislativo mesmo no meio do mandato. Esse tipo de recrutamento, que estimula carreiras rápidas e descontínuas (PEGURIER, 2012), é valorizado em detrimento do recrutamento endógeno, que poderia fortalecer o vínculo com o partido e reduzir as taxas de renovação da Casa.

Outro aspecto que se destaca no caso brasileiro é o apresentado por Costa e Codato (2012), a profissionalização dos parlamentares. Os autores apresentam o crescente aumento

dos “políticos profissionais”, ou seja, aqueles que, seguindo a definição weberiana, tem a política como atividade profissional principal. Costa e Codato tomam por base as eleições de 2010 e categorizam os candidatos a deputado federal por ocupação profissional, obtendo um rol de 543 “políticos”, ou seja, que já ocupam cargos eletivos (COSTA E CODATO, 2012). Ao final das eleições, observou-se uma taxa de 52,1% de eleição de deputados “políticos profissionais”. Essa é uma característica importante para se analisar os personagens que transitam no Congresso, pois é possível analisá-la comparando ao que já foi discutido sobre força política, recrutamento e relação com o partido.

Além disso, no trabalho de Costa e Codato é apresentada diferença de perfil relacionando recursos financeiros entre os deputados eleitos. Marengo e Serna (2007), no entanto, apontam a necessidade de analisar as “variações no perfil social” dos deputados eleitos, uma vez que a ideologia partidária pode também impactar nos padrões de carreira.

Marengo e Serna exploram mais a relação da trajetória dos candidatos com os partidos. Segundo eles, iniciar a vida política em postos do Executivo traz mais independência para os candidatos com relação ao partido, uma vez que essa experiência agregaria conhecimento técnico e “recursos políticos pessoais (reputação personalizada construída fora da carreira política, disponibilidade de recursos materiais e financeiros)” necessários ao pleito de postos do legislativo (MARENCO E SERNA, 2007; 103).

De uma forma geral, percebe-se que há em alguma medida maior interesse no Brasil pela ocupação de cargos no Executivo, seja municipal, estadual ou federal. As explicações variam desde a urbanização ocorrida no país que causaria maior valorização dos cargos locais (PEGURIER, 2012), passando pela maior concentração de poder e recursos nessa esfera, considerando sempre o impacto do arranjo institucional do sistema eleitoral brasileiro nos padrões de trajetórias.



### 3. ANÁLISE DE CARREIRAS NO PLEITO DE 1998

#### 3.1. Sobre carreiras e motivação parlamentar

Apesar de os principais estudos serem acerca do caso norte-americano, é possível aplicar muito do que foi produzido ao caso brasileiro. É possível identificar também alguns macrotemas que concentram os estudos sobre carreiras, como as ambições e motivações, os arranjos institucionais que impactam as trajetórias, o impacto do empenho parlamentar dentro das casas e o capital político advindo das esferas do Executivo, bem como alguns padrões de carreira identificados em estudos exploratórios e descritivos.

Com relação a ambição destaca-se Schlesinger, em seu livro *Ambition and Politics* (1966), no qual apresenta os conceitos de ambição discreta, ambição estática e ambição progressiva na explicação sobre o comportamento dos políticos nas disputas eleitorais. Ambição discreta seria a intenção do candidato de permanecer no cargo durante um mandato apenas. Já a ambição estática seria o desejo de permanecer no mesmo cargo, pleiteando a reeleição, enquanto a ambição progressiva seria a intenção de pleitear cargos mais altos no sistema político.

Complementando o cenário conceitual, Pereira, Leoni e Rennó (2003), apresentam a ideia de ambição regressiva, na qual o parlamentar busca pleitear cargos mais baixos do que já ocupa. A explicação para isso envolve uma série de ponderações considerando a teoria da escolha racional, na qual os parlamentares ponderariam os riscos e recursos disponíveis para pleitos de ambição progressiva e optariam por empreender esforços de maneira mais lógica e segura em uma eleição com mais possibilidade de sucesso.

Santana (2008), por sua vez, introduz o conceito de ambição dinâmica, que reflete o comportamento de parlamentares sem objetivos de carreira claramente definidos e que alternam a ocupação de cargos nas arenas do legislativo e executivo. Essa quarta categorização surge, segundo a autora, para abarcar os casos nos quais o único objetivo certo do parlamentar é continuar na vida pública, ou mesmo nos casos em que não há muita disponibilidade de cargos em disputa.

Temos também a definição de Bourdoukan (2006) do conceito de “ambição executiva”, a ideia a ser mais explorada nesse trabalho. Esse tipo de ambição expressa justamente o maior interesse dos parlamentares por cargos dos três níveis do Executivo em detrimento do Legislativo. Isso basicamente pela maior possibilidade de obtenção de recursos pública, a dizer “benefícios privados – basicamente cargos e demais recursos de patronagem – ou benefícios coletivos – basicamente a produção de políticas públicas” (BOURDOUKAN, 2006).

Pereira, Leoni e Rennó (2003), argumentam que apesar da natureza de ambição política em pleitear cargos mais altos, nem sempre essa é a decisão estratégica mais adequada em termos da permanência na vida política, porque é importante considerar o cenário político do momento e os recursos disponíveis para tal. Então nem sempre a ambição progressiva imperará nas escolhas de carreira. Isso conduz algumas explicações quanto a escolha por cargos menores no Executivo local, por exemplo, como identifica Samuels. Samuels (2003) aponta para a preferência dos políticos brasileiros em ocuparem cargos no Executivo. Ele chama esse fenômeno de “ambição extra-legislativa”, que ocorre apesar dos incentivos naturais à reeleição na Câmara, pelo fato de os deputados já serem “candidatos natos”, ou seja, com a prerrogativa de pleitear novamente o cargo. Para Samuels, candidatos com mais recursos ou força política arriscariam o pleito de cargos no Executivo, o que para o autor corresponderia à ambição progressiva no caso brasileiro. Sendo assim, permaneceriam a disputar espaço na câmara baixa parlamentares mais fracos politicamente.

Como consequência teríamos um corpo legislativo mais fraco e com poder de decisório e de agenda concentrado nas mãos de alguns líderes. Isso, segundo Samuels, é o que valoriza cargos no Executivo em detrimento do Legislativo, uma vez que no primeiro há mais poder concentrado nas mãos do indivíduo que ocupa o cargo. Pegurier (2012), por sua vez, acredita que a valorização de postos no Executivo (principalmente local) é um reflexo da intensa urbanização sofrida no Brasil no início do século XX.

Com relação a isso, Santana (2008) apresenta dados dos candidatos à reeleição de 1990 a 2004 na Câmara dos Deputados, revelando que no Brasil a média de deputados que buscam a reeleição é de 72% e que a autora considera uma taxa alta, concluindo que o argumento de Samuels pode não ser o mais apropriado para o caso brasileiro. A conclusão de Santana sobre a premissa de Samuels também é observada em Pegurier (2012) em sua revisão

sobre trajetórias na Câmara dos Deputados do Brasil. O fato da não-reeleição pode estar ligado à alta competitividade que o próprio Samuels apresenta.

No entanto, é importante destacar que, considerando as estratégias de cálculo racional dos custos eleitorais, nem sempre as preferências dos parlamentares estarão refletidas nos indicadores de ambição progressiva. Ou seja, após considerar os riscos e recursos disponíveis para o pleito, nem sempre a escolha sobre qual cargo disputar refletirá as preferências genuínas do político, uma vez que há tanto variáveis contextuais quanto institucionais podendo impactar no resultado esperado.

Para além dos momentos eleitorais é relevante explorar, e acredito que aqui esteja uma das questões centrais do trabalho, o abandono dos mandatos na Câmara dos Deputados para ocupar cargos no Executivo. Com essas informações é possível compreender com mais clareza o cenário em que os parlamentares empreendem em termos de carreira e suas motivações com relação aos cargos eletivos.

Com relação ao perfil dos parlamentares que escolhem o Executivo em detrimento do Legislativo, observando que há vasto conteúdo de levantamento de dados de perfil, considerando recrutamento, ocupação, histórico de profissionalização, reeleição, entre outros, mas não há uma análise contínua específica dos parlamentares que empreendem essa trajetória. Samuels apresenta informações quantitativas mais superficiais que facilitam a visualização do cenário político nesse sentido e Marengo e Serna (2007) trazem uma perspectiva sobre o início da carreira política em postos do Executivo, mas não temos trabalhos detalhados sobre os padrões de trajetória desses deputados. No entanto, é importante considerar que não é simples estabelecer padrões gerais considerando apenas as preferências e ambições dos deputados, uma vez que há diferenças ideológicas, como apresenta Marengo e Serna, que podem ser significativas nas carreiras parlamentares.

Apesar de não haverem conclusões definitivas sobre ambições progressivas e real preferência por cargos do Executivo, é possível dizer que assumir postos no Executivo municipal, estadual ou federal agregam capital político aos parlamentares. Em casos em que o candidato não possui recursos para financiamento de campanha, redes de contatos articuladas ou mesmo reputação pessoal sólida, a ocupação de um cargo no executivo poderia agregar recursos políticos nesse sentido, gerando apoio e trazendo votos em uma eleição futura. Nesse sentido, os padrões de recrutamento impactam bastante nas decisões dos parlamentares, uma

vez que a dependência do partido pelo parlamentar impacta nas possibilidades de suas escolhas. Em recrutamentos endógenos, a dependência e lealdade partidária é maior, o que dá menos autonomia, ou liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas, para o parlamentar direcionar sua carreira.

É preciso ter cautela, no entanto, com relação a conclusões categóricas sobre padrões de trajetória considerando o recrutamento e fidelidade partidária, porque como bem destaca Marenco (2001), “Partidos apresentam uma configuração híbrida quanto a trajetórias e vínculos de lealdade de seus membros”. No caso brasileiro principalmente, onde há um leque de variáveis históricas, sociais e institucionais que impactam as decisões de carreira dos parlamentares.

Além dos fatores externos ao indivíduo, sejam eles partido, cenário institucional, recursos, cabe buscar a compreensão das decisões de carreira pensando em escolhas racionais que o deputado faz ponderando todo o cenário político envolvido e recursos políticos aos quais tem acesso. Pereira, Leoni e Rennó (2003) trazem essa perspectiva de escolha racional, que se configura como explicação bastante consistente. Bourdoukan (2006) também agrega nesse sentido quando profere ao parlamentar a possibilidade de análise sobre os recursos públicos ao seu dispor, podendo ser menor ou maior dependendo da participação ou não da coalizão de governo. Nesse caso, de qualquer forma entram questões de preferências, uma vez que cabe ao parlamentar o cálculo de utilidade e análise de satisfação com relação aos recursos políticos disponíveis.

Complementarmente a essas últimas abordagens, temos o trabalho de Santos (2010), que contextualiza a alternância de cargos entre Executivo e Legislativo no momento de amadurecimento democrático que temos hoje. E é nesse sentido que caminha a conclusão deste trabalho.

O autor destaca que para compreender o padrão de trajetória dos parlamentares brasileiros é importante situar algumas variáveis históricas que tiveram impacto nos resultados eleitorais e, conseqüentemente, nas carreiras políticas que temos hoje. Uma dessas variáveis é a disponibilidade de cargos com a transição democrática. Com as eleições diretas para cargos do Executivo municipal e estadual, há um aumento de oferta de cargos políticos, o que impacta o cálculo racional para escolha de oportunidades. Além disso, a entrada de novos partidos na arena política, desembocando hoje em um multipartidarismo exacerbado, traz um

cenário mais instável e competitivo, contexto ainda de adaptação para os candidatos que almejam a permanência na vida pública.

### **3.2. Análise da 51ª Legislatura**

Para a análise da legislatura do período de 1999 a 2003, foram levantadas variáveis de categoria ocupacional, escolaridade, filiação partidária e situação do partido em relação ao Executivo estadual e federal, cargos de ingresso na carreira política e eletiva, além de informações de ocupação de cargos no Executivo. Todas as análises tem por base os eleitos em 1998 e suas trajetórias durante outras legislaturas. Portanto, as informações referentes a 50ª e 52ª legislaturas não referem-se aos eleitos nesses respectivos pleitos, mas à situação dos eleitos em 1998 nesses outros períodos.

Inicialmente, serão apresentados dados relativos ao perfil dos parlamentares, contemplando experiência política prévia e frequências de cargos de ingresso na carreira política e eletiva, buscando identificar principalmente a ocupação de cargos no Executivo.

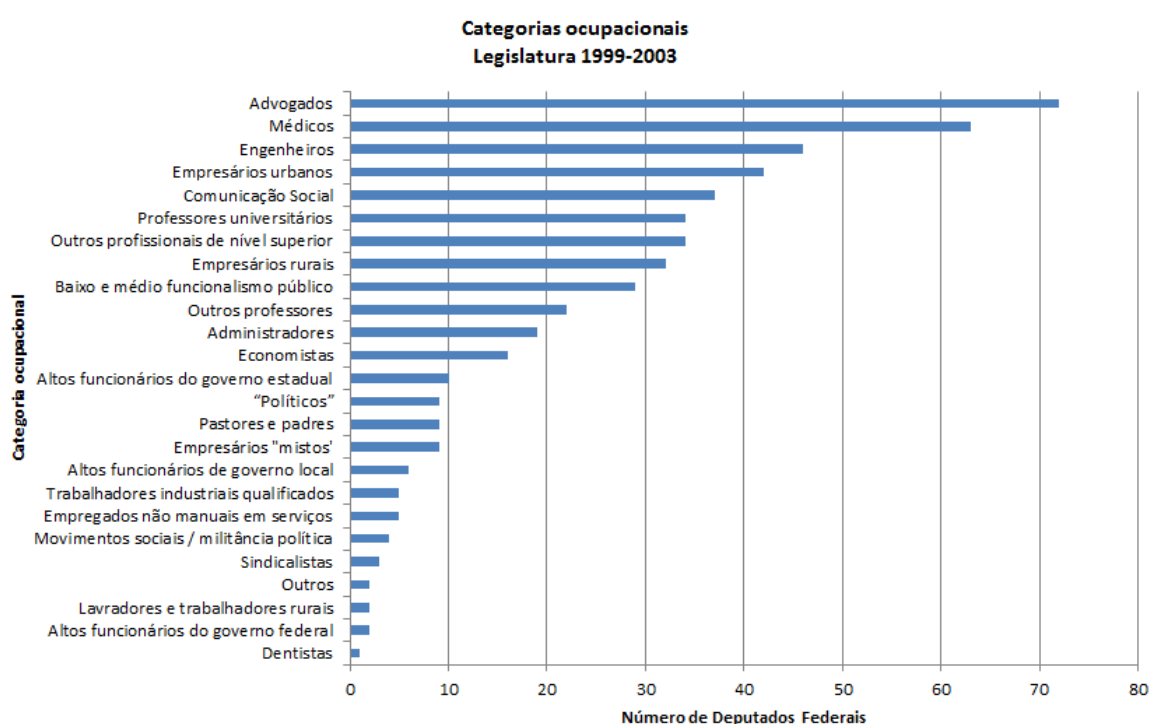
Depois disso serão analisados dados referentes a licenças parlamentares para ocupação de cargos no Executivo, com diferenciação entre os três níveis federativos, permitindo vislumbrar perspectivas de ambição parlamentar. Por fim, serão apresentadas variáveis relevantes de situação do parlamentar com relação ao executivo estadual e federal, que tem impacto na reeleição dos candidatos além do capital político agregado com a ocupação de cargos.

Com relação a categoria ocupacional, é importante ressaltar que essa variável não contempla unicamente a formação técnica ou acadêmica do parlamentar, mas sim a área em que atuou profissionalmente e a carreira que galgou até a legislatura em questão, para que se tenha um entendimento mais completo e fidedigno das atividades que determinaram o início da vida política de cada um.

Ao analisar os dados referentes a legislatura 1999-2003, observa-se que uma pequena quantidade de parlamentares atuava profissionalmente no Executivo ou em cargos públicos. Apenas 4% dos deputados federais da legislatura trabalhavam anteriormente no alto escalão federal, estadual ou municipal e 5,7% no baixo e médio funcionalismo público, conforme

exposto no gráfico abaixo. Observa-se também que apenas 1,8% são categorizados como “Políticos”, ou seja, que desde o início da carreira profissional estiveram envolvidos em atividades partidárias e ocuparam cargos eletivos, sem exercer outro tipo de atividade ocupacional.

Gráfico 1 - Categorias ocupacionais dos Deputados Federais eleitos em 1998.



Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Analisando apenas os dados de categoria ocupacional poderia-se dizer que predomina uma ambição progressiva na legislatura, tomando como cargo ambicionado o de Deputado Federal em um primeiro momento da carreira.

Essa análise isoladamente, no entanto, não contempla a análise de ambição dinâmica ou indica que há uma baixa profissionalização dos parlamentares, ou mesmo que o menor contato com a administração pública impactaria no desempenho dos mandatos.

Uma análise dos cargos de ingresso na carreira política e eletiva complementam a análise de perfil dos parlamentares da legislatura. O ingresso na carreira política abarca uma realidade mais ampla de cargos, além dos cargos eletivos contempla militância política e administração pública como variáveis que agregam capital político para a trajetória parlamentar.

Gráfico 2 - Cargos de ingresso na carreira política



Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Observa-se que a maioria dos parlamentares iniciou a carreira política por cargos eletivos no legislativo, mas a ocupação de cargos no alto escalão estadual tem um número expressivo de casos, sendo a quarta trajetória de início de carreira mais recorrente.

Dos que iniciaram a carreira como Deputados Federais, a maioria é de categoria ocupacional de postos jurídicos, seguidos de profissionais de comunicação social (jornalistas, comunicadores de rádio/TV, publicitários, entre outros) e empresários urbanos. Nesses casos já observa-se que são profissionais que provavelmente tem mais recursos para empreender em uma campanha para um cargo legislativo federal, ao invés de cargos locais. Uma das possíveis conclusões seria que o cargo de Deputado Federal ainda é mais atrativo que os outros para quem tem recursos para iniciar uma campanha, ou seja, tem certa independência do partido. O cálculo racional de custos e benefícios leva a crer que o cargo de Deputado Federal tem ganhos que superam os cargos eletivos locais e estaduais, seja no Executivo ou Legislativo.

A tabela abaixo apresenta dados referentes ao início da carreira política em cargos do Executivo. Observa-se que nesses casos a trajetória mais comum são os cargos estaduais ou municipais da alta administração pública como cargo de gatilho para cargos eletivos.

Tabela 1 - Ingresso na carreira política por cargos no Executivo

<b>Cargo</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Alto escalão federal	11	2,1%
Alto escalão estadual	63	12,3%
Alto escalão municipal	46	9,0%
Empresas estatais, bancos e autarquias federais	4	0,8%
Empresas estatais, bancos e autarquias estaduais	8	1,6%
Empresas estatais, bancos e autarquias locais	2	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>26,1%</b>

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Com relação aos casos de início de carreira política em cargos no alto escalão do Executivo é possível fazer uma análise mais detalhada com relação a construção dessas trajetórias. A Tabela 2 mostra que apenas 35% dos parlamentares que ingressaram na carreira



política por essas vias faziam parte da administração pública anteriormente, conforme análise de categorias ocupacionais.

Isso mostra que a maioria não era funcionário de carreira da administração pública, o que já reforça a ideia de que os cargos de alto escalão no executivo agregam capital político para a disputa de cargos eletivos, no legislativo ou executivo, mas que não confirma a preferência pela esfera executiva. Analisando as informações de início na carreira política por cargos do Executivo de parlamentares que não trabalhavam no funcionalismo público anteriormente, tem-se que o número médio de mandatos é de 3 legislaturas. Uma análise possível é então que esses cargos podem funcionar de fato apenas como propulsores para cargos de ambição progressiva, tomando o posto no legislativo federal como prioridade em detrimento de outros cargos eletivos locais.

Tabela 2 - Deputados Federais que ingressaram na carreira política pela Administração Pública classificados com categoria ocupacional dos mesmos cargos.

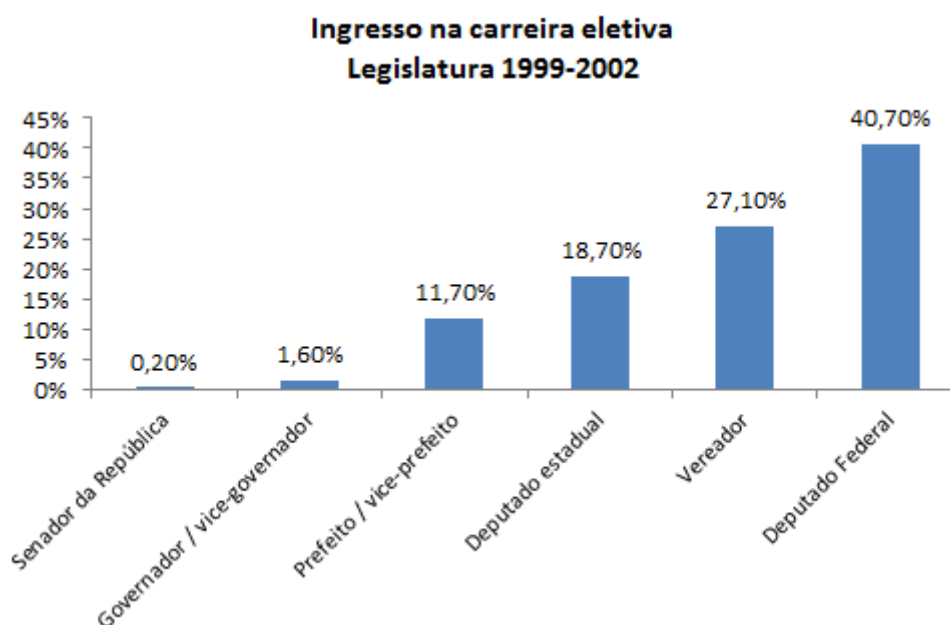
Cargo	Qtd. Deputados Federais	Percentual
Altos funcionários do governo federal	2	1%
Altos funcionários do governo estadual	10	7%
Altos funcionários de governo local	6	4%
Baixo e médio funcionalismo público	29	22%
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>35%</b>

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

O ingresso na carreira eletiva, como era de se esperar tomando por base os dados de ingresso na carreira política, conta com maior número de cargos de Deputado Federal. Segue-

se o cargo de Vereador e depois o de Deputado Estadual. Aqui não é possível afirmar uma simples preferência por cargos legislativos, porque há outras variáveis relevantes envolvidas, como custos e grau de competitividade de eleições nos cargos Governador, Prefeito ou Senador.

Gráfico 3 - Cargo de ingresso na carreira eletiva



Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

A observação da distribuição partidária na legislatura é uma característica importante na análise de perfis parlamentares. Principalmente quando estuda-se sobre a alternância de cargos entre legislativo e executivo, uma vez que a situação partidária é determinante nas oportunidades extra-legislativas que serão ofertadas.

Considerando assim que a situação do candidato com relação ao executivo estadual e federal são variáveis relevantes para a reeleição, faz-se necessária uma análise com relação a essas variáveis. A tabela abaixo mostra a situação dos eleitos com relação ao governo

estadual. Nota-se que há uma vantagem competitiva para candidatos da situação, uma vez que 40,7% dos eleitos eram do partido do governador ou da coalizão do mesmo.

Tabela 3 - Situação dos candidatos eleitos (1998) com relação ao Executivo estadual.

Situação	Nº Deputados	% Deputados
Partido do governador	137	26,7%
Partido de oposição	24	4,7%
Partido aliado	72	14,0%
Coalizão de oposição	120	23,4%
Outros /sem informação	160	31,2%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

A situação com relação ao partido do governador é uma variável relevante, mas ainda mais que isso é a situação com relação ao Executivo Federal. Observa-se na tabela abaixo que 68,8% dos eleitos situam-se em quadrantes de situação federal.

Tabela 4 - Distribuição dos candidatos eleitos (1998) com relação ao Executivo estadual e federal.

Quadrante	Nº Deputados	% Deputados
I. Situação federal e estadual	189	36,8%
II. Situação estadual / oposição federal	30	5,8%
III. Situação federal / oposição estadual	164	32,0%
IV. Oposição federal e estadual	115	22,4%
Partidos não classificados	15	2,9%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Com relação a ocupação contínua de cargos no legislativo, é possível analisar a quantidade de mandatos dos parlamentares na Câmara dos Deputados. A tabela abaixo traz informações de mandatos consecutivos ocupados pelos deputados federais. Isso é relevante com relação ao capital político adquirido na atividade legislativa. É possível perceber que a taxa de renovação foi baixa nas eleições de 1998 e que a ocupação consecutiva de cargos, ou seja, a experiência dentro da casa legislativa pode ser considerada uma variável relevante na reeleição dos parlamentares.

Tabela 5 - Número de mandatos consecutivos ocupados na Câmara dos Deputados

<b>Nº mandatos</b>	<b>Nº deputados federais</b>	<b>% deputados federais</b>
1	114	22%
2 ou 3	226	44%
mais de 4	173	34%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Observa-se que majoritariamente existe sim o interesse pela reeleição e que a maioria dos parlamentares constrói a carreira política dentro da Câmara dos Deputados. Independentemente das licenças para ocupação de cargos, o legislativo federal é de fato um caminho prioritário de interesse. Isso já foi observado também em outros estudos de rerepresentação e reeleição (SANTOS, 2010).

Nota-se que 78% dos deputados federais adequam-se ao conceito de “políticos profissionais” de Costa e Codato, ao considerarmos um número de mandatos maior do que 1. O percentual expressivo é indicativo de tendência de maior interesse pelo legislativo, uma vez que empreende-se esforços e recursos na reeleição apesar dos custos inerentes e que esse

número significativo pode refletir um corpo parlamentar mais especializado e com maior conexão eleitoral, se considerarmos o argumento de Pegurier (2012) de que a conexão eleitoral vai sendo construída ao longo do mandato com as estratégias parlamentares de atuação e não durante campanha. Nesse sentido, até agora é possível enxergar um corpo legislativo que vai aos poucos amadurecendo na construção de carreiras, como sugere Santos ao abordar o amadurecimento das carreiras políticas acompanhando o também amadurecimento da democracia brasileira (SANTOS, 2010).

O número de mandatos, porém, não é suficiente para afirmar a preferência pela esfera legislativa em detrimento de cargos no Executivo, porque apesar dos custos de reeleição, não há impedimentos legais ou custos e prejuízos claros na licença dos mandatos para ocupação de outros cargos. Então apesar de haver um indicativo de atratividade do cargo de Deputado Federal, é importante analisar as informações referentes a licenças para ocupação de cargos, bem como o perfil dos parlamentares que o fazem. A tabela abaixo aponta a quantidade de licenças da legislatura analisada para ocupação de cargos nos três níveis do poder executivo.

Tabela 6 - Licenças de mandato para ocupação de cargos no Executivo na 51ª Legislatura (1999-2002)

<b>Esfera dos cargos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Executivo federal	13	2,7%
Executivo estadual	54	11,5%
Executivo local	20	5,3%
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>17,0%</b>

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Observa-se um número não muito alto de parlamentares, porém significativo, com destaque para ocupação de cargos no Executivo estadual. Desses parlamentares, alguns tem recorrência na ocupação de cargos de alto escalão no Executivo. Conforme tabela abaixo, observa-se que dos eleitos em 1998, 21% já havia ocupado cargo na legislatura anterior e 20% ocuparam cargos na legislatura posterior. Apesar da reincidência de ocupação de cargo, a

intenção de reeleição permanece alta. Tem-se uma taxa de 80,2% de reapresentação em 1998 e 75% em 2002. (SANTOS, 2010). Esses índices, apesar da recorrência na ocupação dos cargos indicam uma tendência de valorização das carreiras legislativas federais, como apontam estudos supracitados.

Tabela 7 - Ocupação de cargos de alto escalão municipal, estadual ou federal pelos Deputados de 1999-2002 nas legislaturas anterior e posterior.

	<b>Ocupou cargo alto escalão 1999-2002</b>	
	<b>1999-2002</b>	<b>%</b>
<b>Ocupou cargo alto escalão 1995-1998</b>	19	21%
<b>Ocupou cargo alto escalão 2003-2006</b>	18	20%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Ao fazer-se uma análise mais estratificada de quem são os parlamentares que renunciaram ao mandato para ocupação de cargo no executivo, observamos que a maioria é do partido do Presidente da República eleito ou de partidos aliados, o que explica em parte o nível de ocupação de cargos, uma vez que há uma ampliação do campo de oportunidades políticas para tais parlamentares. Oportunidades essas que não existiam anteriormente, como já observado, devido ao período político pelo qual o país passava (SANTOS, 2010).

Tabela 8 - Filiação partidária atual dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

Partido	Deputados licenciados
PSDB	17
PT	15
PFL / DEM	14
PMDB	10
PPB / PP	9
PL / PR	5
PTB	5
PSB	4
PDT	2
PC do B	2
PPS	2
PV	1
Outros	5

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

É interessante ressaltar aqui a diferença de trajetórias entre partidos de esquerda e direita, que é significativa para esse caso, uma vez que não há apenas a variável de situação em relação ao Executivo, mas também de variação no espectro ideológico partidário. É possível perceber que os partidos de situação nesse período localizam-se mais ao centro e direita, conforme distribuição de Marengo e Serna (2007). O impacto disso é a caracterização por parlamentares de carreira menos endógena e de carreiras mais descontínuas, conforme observam os autores (MARENCO E SERNA, 2007).

Ainda com relação ao perfil dos parlamentares que renunciaram ao mandato para ocupação de cargos, é possível analisar o ingresso na carreira política desses casos. Observa-se que a maioria já iniciou a carreira política em cargos eletivos, o que indica que tais parlamentares já trazem recursos e capital político adquirido de maneira não endógena (partidos políticos), o que caracterizaria de certa forma uma elite parlamentar no que tange as variáveis de recursos necessários ao empreendimento de uma carreira política.

Tabela 9 - Cargo de ingresso na carreira política dos Deputados Federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

Cargo	Nº Deputados Federais	%
Vereador	17	18,7%
Deputado estadual	15	16,5%
Alto escalão estadual	14	15,4%
Deputado Federal	13	14,3%
Alto escalão municipal	10	11,0%
Militância política	10	11,0%
Prefeito / vice-prefeito	5	5,5%
Alto escalão federal	3	3,3%
Governador / vice-governador	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias federais	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias estaduais	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias locais	1	1,1%
Senador da República	0	0,0%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Outra característica relevante dos Deputados Federais que renunciaram ao mandato para ocupação de cargos no executivo é o número de filiações partidárias que esses parlamentares apresentam. Tem-se que 86% dos parlamentares que renunciaram passaram por dois ou mais partidos políticos, sendo que a maioria teve mais de três filiações. Uma das análises possíveis é que os parlamentares que buscam a ocupação de cargos de alto escalão empreendem carreiras de forma mais independente, buscando as melhores oportunidades partidárias no que se refere a oferta de cargos. Isso porque “carreiras são impulsionadas pela disponibilidade de recursos, como reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos” (MARENCO E SERNA, 2007).



Tabela 10 - Número de filiações partidárias dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

<b>Nº filiações partidárias</b>	<b>Deputados licenciados</b>
Uma	25
Duas	16
Três	17
Mais de três	33

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Sobre a situação dos parlamentares com relação ao Executivo estadual, observa-se também, conforme tabela abaixo, que a maioria é do partido do governador ou aliado a ele. A análise acompanha o caso do Executivo federal, considerando tanto a oferta de cargos quanto pelos padrões de carreiras relacionados a filiação partidária.

Tabela 11 - Situação dos Deputados Federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 com relação ao governo estadual

<b>Situação</b>	<b>Nº Deputados</b>	<b>%</b>
Partido do governador	34	37%
Partido de oposição	4	4%
Partido aliado	11	12%
Coalizão de oposição	19	21%
Outros /sem informação	23	25%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Ao cruzarmos a situação com Executivo federal e estadual, tem-se que, como esperado, a maioria é de partido da situação e ainda que o partido de situação federal

apresenta maiores oportunidades. Os parlamentares que pertencem ao mesmo partido ou partido aliado ao do chefe do Executivo federal detém vantagem competitiva com relação aos que não o são. Esse fato, no entanto, não pode ser tomado como padrão universal em todos os pleitos eleitorais, já que estudos anteriores apontam que o impacto das eleições presidenciais na reeleição dos Deputados depende também de características específicas de cada eleição, como o próprio perfil e atuação no campo eleitoral do Presidente eleito. Isso porque “Presidentes populares e diretamente envolvidos no processo eleitoral aumentam as chances de reeleição de seus aliados na Câmara” (PEREIRA E RENNÓ, 2007), e isso é observado no pleito de 1998.

A tabela abaixo apresenta os quadrantes em que se encaixam os parlamentares que renunciaram aos cargos na legislatura de 1999-2002. Observa-se até agora apenas o padrão de ocupação de cargos àqueles que estão em situação de maior oferta de cargos e portanto, maiores oportunidades de carreira devido a situação partidária com relação ao Executivo. Considerando o aspecto de ambição de carreiras, ainda é satisfatória a análise de maturação do legislativo na transição democrática (SANTOS, 2010).

Tabela 12 - Situação dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002 com relação ao governo federal.

Quadrante	Nº Deputados	%
I. Situação federal e estadual	40	44,0%
II. Situação estadual / oposição federal	5	5,5%
III. Situação federal / oposição estadual	23	25,3%
IV. Oposição federal e estadual	23	25,3%
Partidos não classificados	0	0,0%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

A quantidade de licenças da 51ª legislatura não representa a maioria dos parlamentares, mas ainda assim é um número significativo, uma vez que se tem 17% dos parlamentares abandonando seus mandatos por postos do Executivo em detrimento do Legislativo. Ainda assim observa-se que uma quantidade significativa dos parlamentares faz carreira no legislativo, independente da ocupação de cargos no Executivo, conforme apresentam tabelas abaixo referentes aos parlamentares da 51ª legislatura (1999-2002). As informações de ocupação dos cargos não destoam dos resultados e análises que já tem sido feitas com relação a oferta de cargos e ampliação das oportunidades, bem como a situação partidária com relação ao Executivo federal e estadual.

Tabela 13 - Presença dos Deputados Federais da legislatura de 1999-2003 em outras legislaturas

<b>Eleições</b>	<b>Eleitos</b>	<b>%Eleitos</b>
1994	256	50%
2002	216	42%
2006	125	24%
2010	75	15%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 14 - Resultados eleitorais dos Deputados Federais (1999-2002) em pleitos posteriores

	<b>PERÍODO</b>	
	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>Candidatos a eleição/reeleição</b>	285	206
<b>Reeleitos</b>	216	125
<b>Reeleitos que renunciaram na legislatura 1999-2002</b>	22	11

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site do Tribunal Superior Eleitoral.

A Tabela 15 abaixo apresenta a situação dos candidatos eleitos em 1998 na legislatura seguinte. É possível observar que uma grande parte tentou a reeleição e 42% obtiveram êxito. Desses deputados que demonstraram interesse pela reeleição e foram bem sucedidos, apenas 4% pediu licença para ocupação de cargos no Executivo, seja municipal, estadual ou federal. O último dado da tabela considera todos os deputados federais da legislatura de 1998-2002, eleitos ou não. Observa-se que a diferença entre os eleitos e não-eleitos que ocuparam cargos é de apenas 4%. Concluimos com isso que dos que não foram reeleitos, apenas 24% migrou para o Poder Executivo. Dos que foram reeleitos, 11% licenciaram-se para ocupar cargos.

Tabela 15 - Situação dos Deputados Federais eleitos em 1998 na legislatura de 2003-2006.

<b>Período</b>	<b>2003-2006</b>
Candidatos a reeleição	285
Eleitos	216
Licenças para ocupação de cargos no Executivo	23
Ocuparam cargos no Executivo	40

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Os dados da Tabela 15 apresentam a trajetória dos eleitos em 1998 com relação a ocupação de cargos no Executivo do período de 1995 a 2006, considerando apenas os dados dos reeleitos nas legislaturas apresentadas. Observa-se que os Deputados que ocupam cargo durante a legislatura, mantém um certo padrão de ocupação de cargos na permanência na vida pública. Pode-se considerar aqui as informações de perfil que são relevantes, como a conexão eleitoral estabelecida e a obtenção de recursos na disputa dos pleitos. Como analisado anteriormente, é característica desses parlamentares alguma independência com relação a partidos políticos, tendo recursos e capital político próprios, buscando as situações partidárias com maior oportunidade e marcados justamente por uma carreira política mais descontínua.

Tabela 16 - Trajetória de ocupação de cargos no Executivo dos Deputados Federais eleitos em 1998 no período de 1995 a 2006.

	Reeleitos em 2002	Eleitos em 2006
Ocuparam cargo 1995-1998	22	11
Ocuparam cargo 1999-2002	36	23
Ocuparam cargo 2003-2006	23	14
Ocuparam cargo em 1 legislatura	34	24
Ocuparam cargo em 2 legislaturas	22	12
Ocuparam cargo nas 3 legislaturas	1	0

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Considerando as informações levantadas e o estudo da bibliografia existente, não é possível afirmar categoricamente que existe uma ambição extra-legislativa definitiva nas trajetórias dos deputados federais. Existe um grupo de parlamentares que trazem como característica a ocupação de cargos no Executivo, mas isso não caracteriza todo o corpo parlamentar e não se pode concluir que seria uma característica intrínseca ao legislativo brasileiro. Os cargos no executivo são enxergados sim como oportunidade de agregação de capital político, mas não são tomados em detrimento dos postos no legislativo.

#### 4. CONCLUSÃO

Analisando as informações levantadas e o enquadramento teórico do debate de carreiras parlamentares no Brasil, tem-se um quadro de divergências no que tange o conceito de ambição política. Além disso, a complexidade do cenário político brasileiro, seja institucionalmente pela organização do sistema político e eleitoral ou pelo momento histórico em que se situa nossa democracia, fica difícil traçar categoricamente um padrão de carreira para os Deputados Federais.

No entanto, observam-se algumas características comuns e alguns cenários políticos específicos que explicariam, mesmo que parcialmente, a alternância de cargos entre o Executivo e o Legislativo brasileiro. Não é possível afirmar de forma definitiva que há uma característica de ambição extra-legislativa no corpo legislativo brasileiro. Isso porque a linha temporal de análise ainda é curta, devido ao período de transição democrática que caracteriza a política brasileira e que ainda é um momento de adaptação dos parlamentares e de amadurecimento das instituições do país.

A renúncia aos cargos na Câmara dos Deputados não é um fenômeno de grande magnitude a ponto de impactar nos índices de reapresentação e reeleição no legislativo federal. Algumas características de perfil mostram-se relevantes na trajetória dos parlamentares que ocupam cargos no Executivo, como o ingresso na carreira política e mudança de legenda, que indica carreiras mais individuais, com independência de partidos políticos na agregação de capital político e descontínuas em sua trajetória.

Além disso, há também a filiação partidária e situação com relação ao Executivo estadual e federal, que impacta na oferta de oportunidades fora do legislativo. Essa ampliação nas possibilidades políticas adequa-se a explicação histórica do momento em que se encontra a democracia brasileira, no qual há novas possibilidades de ocupação de cargos, que antes eram restritas para esses atores (SANTOS, 2012).

Apesar da ocorrência da alternância de cargos entre as duas esferas, as taxas de reapresentação e reeleição no Brasil permanecem altas, o que indica o interesse na permanência e construção de carreiras dentro da Câmara dos Deputados. A heurística decisória, no entanto, contempla uma série de variáveis no cálculo de utilidade do parlamentar, que vai desde as oportunidades oferecidas pelo partido, os recursos e custos a

serem alocados nas disputas eleitorais e a situação partidária do parlamentar com relação ao Executivo, considerando as especificidades de cada pleito e da atuação eleitoral do Presidente da República.

Sendo assim, considerando o sistema político brasileiro, o contexto histórico que a democracia do país atravessa e as variáveis de perfil dos Deputados Federais, não seria adequada uma afirmação categórica sobre padrão de trajetória no contexto brasileiro. É possível, no entanto, perceber as características em comum daqueles que ocupam cargos no Executivo, sendo necessário, porém, acompanhar a mais longo prazo, em pleitos posteriores, a recorrência ou não desse fenômeno.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. *The Deadlock of Democracy in Brazil: Interests, Identities and Institutions in Comparative Perspective*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.

BORGES, André. The political consequences of center-led redistribution in Brazilian federalism: The Fall of Subnational Party Machines. *Latin American Research Review*, Vol. 46, No3, 2011.

BOURDOUKAN, Adla Y. *Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas*. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.

CARVALHO, Nelson R. *E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COSTA, L. D e CODATO, A. “Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010”. Working papers/textos para discussão do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil. Vol 1, nº 6, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina C. E LIMONGI, Fernando. “Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

MAINWARING, Scott. “Multipartidarism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil”, in S. Mainwaring e M. S. Shugart (eds.), *Presidentialism and Democracy in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 1997.

MARENCO, André e SERNA, Miguel. “Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n.64, p. 93-113, 2007.

MARENCO, André. “Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]”. Tese de doutoramento defendida no Departamento de Ciência Política da UFRGS, 2000.



MARENCO, André. “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, n.45, 2001, p. 69-83.

PEGURIER, Fabiano. “Political careers and the chamber of deputies in Brazil”. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, n.2: 39-57, 2012.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*; 46, 4, p.735-771, 2003.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lúcio. “O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol.27, nº 4, 2007, (108): 664-683.

SAMUELS, David. *Ambition and competition: Explaining Legislative turnover in Brazil*. *Legislative Studies Quarterly*, v.25, n.3, 2000, p.481-497.

SAMUELS, David. “The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and congressional elections in Brazil”. *Ambition, federalism and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. “Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”. *Teoria e Sociedade*, n.16: 130-155, 2008.

SANTOS, Fabiano. *Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010*. *Cadernos Aslegis*, Brasília, (40), maio-ago. 2010, p.109-126.

SCHLESINGER, Joseph A. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Randy McNally, 1966.